

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lídia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia

Coordenadora de Produção Editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Denise Silva Macedo
Haroldo Brito

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital
DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

I59

Institucionalização da educação superior a distância nas
universidades federais da região Centro-Oeste : temáticas em
questão / Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto
Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras). – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
2021.

310 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, Inovação & Ousadia).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5846-018-3

1. Ensino a distância. 2. Institucionalização. 3. Ensino
superior. 4. Universidades - Brasil, Centro-Oeste. I. Santos,
Catarina de Almeida (org.). II. Lima, Daniela da Costa Britto
Pereira (org.). III. Nogueira, Danielle Xabregas Pamplona (org.).
IV. Série.

CDU 378

Sumário

Prefácio 13

Apresentação 17

Capítulo 1

Institucionalização da Educação a Distância: da lente teórica à sua proposição 23

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Introdução 23

2. Processos de institucionalização: lente teórica em questão 26

3. Proposições de análise de processos de institucionalização da Educação a Distância 32

Referências 35

Capítulo 2

Educação a Distância na Universidade de Brasília – percurso histórico da ação institucional 39

Carmenísia Jacobina Aires, Ruth Gonçalves de Faria Lopes

1. O projeto original da Universidade de Brasília e as ações iniciais em Educação a Distância 39

2. Um olhar sobre as ações de Educação a Distância na Universidade de Brasília nos anos 1990 43

3. O protagonismo da Faculdade de Educação nas ações de Educação a Distância 46

4. Outras experiências institucionais em Educação a Distância na Universidade de Brasília 52

5. A Universidade de Brasília e a Universidade Aberta do Brasil 53

6. Considerações finais	56
Referências	57
Bibliografia complementar	57

Capítulo 3

A autoavaliação institucional e a Educação a Distância: limites e possibilidades da institucionalização na Universidade de Brasília... 59

Catarina de Almeida Santos, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

1. Introdução	59
2. Sobre os conceitos de organização, instituição e institucionalização....	60
3. A avaliação institucional no contexto da institucionalização.....	64
4. Institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília: o que apontam os relatórios de autoavaliação institucional	66
5. Considerações finais	76
Referências.....	77

Capítulo 4

Percepção dos gestores em relação à institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília (2013-2015).....79

Andréia Mello Lacé, Magalis Béssem Dorneles Schneider, Lívia Veleda Sousa Melo

1. Introdução	79
2. A Educação a Distância na Universidade de Brasília	83
3. A gestão do sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade de Brasília	84
4. Percepção dos gestores: do fardo à decisão política	86
5. Considerações finais	92
Referências.....	93

Capítulo 5

Percurso histórico da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás	95
Juliana Guimarães Faria	
1. Introdução	95
2. Sobre a Universidade Federal de Goiás.....	97
3. O percurso da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás: histórico e contexto	99
4. Considerações finais	109
Referências	110

Capítulo 6

Concursos para docentes e técnicos administrativos da Universidade Federal de Goiás em vagas destinadas à Educação a Distância.....	113
Maria Aparecida Rodrigues Fonseca, Tatiane Custódio da Silva Batista	
1. Introdução	113
2. A institucionalização da Educação a Distância	115
3. A pesquisa: seleção para Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás.....	118
4. O que os dados suscitam	123
5. Considerando relações	126
Referências	127

Capítulo 7

O impacto do processo seletivo de tutores na gestão da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás	131
Lilian Ucker Perotto, Kamila Vieira Lima Ferreira, Meirilayne Ribeiro de Oliveira	
1. Introdução	131
2. Processos seletivos: números e impactos na formação de tutores	132

3. Avanços e resistências: nossas percepções das ações empreendidas	140
4. Considerações finais	144
Referências	145

Capítulo 8

Instrumentos de avaliação interna para a Educação a Distância utilizados na Universidade Federal de Goiás	147
---	-----

Lívia Soares de Lima Sousa, Flávia Magalhães Freire,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Introdução	147
2. Avaliação institucional e educação superior a distância	149
3. Caminhos da avaliação interna da Universidade Federal de Goiás	151
4. Instrumentos de avaliação interna para a educação superior a distância na Universidade Federal de Goiás	153
5. Considerações finais	158
Referências.....	159

Capítulo 9

Estado e Educação a Distância: educação superior pública em pauta	163
---	-----

Erlinda Martins Batista, Ana Maria Ribas, Carina Elisabeth Maciel

1. Introdução	163
2. Estado e Educação a Distância no Brasil	164
3. A história da Educação a Distância no Brasil	167
4. A estrutura da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.....	171
5. Considerações finais	174
Referências.....	175

Capítulo 10

A institucionalização e os desafios da educação superior a distância na Universidade Federal de Mato Grosso 179

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

1. Introdução	179
2. A Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso	180
3. Desafios da institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso.....	182
4. Considerações finais	194
Referências	195

Capítulo 11

A institucionalização pioneira da Educação a Distância na educação superior em Mato Grosso: visão de envolvidos na trajetória..... 199

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

1. Introdução	199
2. História pioneira da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso.....	200
3. Teoria Institucional e sua aplicabilidade na Educação a Distância.....	202
4. Considerações finais	212
Referências	213

Capítulo 12

A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: a visão de avaliadores externos 217

Giselle Cristina Martins Real, Tânia Jucilene Vieira Vilela, Regina Farias de Souza

1. Introdução	217
---------------------	-----

2. A avaliação regulatória como instrumento de diagnóstico institucional	222
3. Institucionalização da Educação a Distância revelada pela avaliação	226
4. Considerações finais	233
Referências.....	234

Capítulo 13

A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: contribuições do curso de licenciatura em Letras Libras	241
---	-----

Janete de Melo Nantes, Regina Farias de Souza

1. A necessidade da institucionalização do curso de Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados.....	241
2. Histórico do curso de graduação Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados.....	243
3. Avanços e desafios de Letras Libras	247
4. Considerações finais	249
Referências.....	252

Capítulo 14

Levantamento bibliográfico sobre a autoavaliação institucional na Educação a Distância.....	255
---	-----

Wendy Caldeira de Souza, Leila Cristina Borges,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Autoavaliação e Educação a Distância.....	255
2. Metodologia.....	258
3. Dados e análises	258
4. Considerações finais	266
Referências.....	267

Capítulo 15

Educação a Distância e cultura digital: possibilidades e desafios 269

Maria Cristina Lima Paniago, Rosimeire Martins Régis dos Santos

1. Introdução	269
2. Concepções de Educação a Distância, suas origens e evolução no Brasil	269
3. Cultura digital	274
4. Possibilidades e desafios: Educação a Distância e cultura digital	277
5. Considerações finais	279
Referências.....	280

Capítulo 16

Um estudo sobre a inclusão digital no estado de Goiás 283

Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira, Alzino Furtado de Mendonça, Saulo de Oliveira

1. Contexto da sociedade da informação	283
2. Ações de inclusão digital no estado de Goiás	288
3. Considerações finais	292
Referências.....	295

Institucionalização da educação superior a distância: algumas considerações finais297

Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira (organizadoras)

Referência	299
------------------	-----

Notas sobre as autoras e autores.....301



Um estudo sobre a inclusão digital no estado de Goiás

Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira

Alzino Furtado de Mendonça

Saulo de Oliveira

1. Contexto da sociedade da informação

De acordo com Toffler (1980), vivemos um tempo em que a possibilidade de representar, processar, armazenar e transmitir qualquer conteúdo informacional sob a forma digital modificou sensivelmente a sociedade humana. Tais modificações, porém, não têm sido capazes de estender a todos os benefícios produzidos; antes, têm contribuído para aumentar as contradições entre riqueza e pobreza, inclusão e exclusão.

O acesso à informação e a capacitação de pessoas são condições importantes para diminuir o fosso digital entre os indivíduos e, conseqüentemente, os desequilíbrios sociais. Nessa perspectiva, é papel do Estado criar condições de incorporação das tecnologias, como condição para o pleno exercício da cidadania.

De acordo com Warschauer (2006), a chamada "sociedade da informação" representa um novo estágio do capitalismo global e fundamenta-se no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), cuja principal ferramenta é o computador associado à internet. As mudanças ocorridas a partir da invenção do computador pessoal deram um novo rumo ao desenvolvimento social, configurando-se uma nova economia da informação juntamente com uma nova sociedade em rede.

A terceira revolução industrial, iniciada em meados do século XX, surgiu com a difusão do transistor, do computador pessoal, das telecomunicações e da internet (CASTELLS, 1999). Mas é somente na década de 1990 que ocorre a explosão das conexões com a internet, graças à criação do sistema de hipertexto, decisivo para a rápida popularização da *World Wide Web* – WWW (SILVEIRA, 2001). Para Mascarenhas (2009), o desenvolvimento científico e tecnológico da era pós-industrial potencializou mudanças nas atividades industriais e comerciais, modelando uma sociedade mais complexa, marcada por novos conceitos, valores e relações.

Segundo Silveira (2001), essa nova ordem recebeu ao longo de sua evolução várias denominações: Castells a chamou de *Revolução das Novas Tecnologias de Informação*; Negroponte, de *Revolução Digital*; Jean Lojkin, de *Revolução Informacional*; e Jeremy Rifkin, de *A Era do Acesso*. Segundo Mascarenhas (2009), em 1998, a expressão *sociedade da informação* foi escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em conjunto com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), para dar nome à Cúpula Mundial programada para 2003 e 2005. Mas o percurso para se chegar a essa expressão começou em 1973, com Daniel Bell, em seu livro *O advento da sociedade pós-industrial*, a qual reapareceu com força em 1990, no rastro do desenvolvimento da internet e das TICs. Em 1995, a expressão foi incluída na agenda das reuniões dos chefes de Estado das oito nações mais poderosas do mundo, o chamado G8. Durante esse período, ela foi amplamente adotada pelo governo dos Estados Unidos, por várias agências das ONU, pelo Banco Mundial e pelos fóruns da Comunidade Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A expressão *sociedade da informação* identifica a revolução em que o cerne da questão está no uso do computador e da internet, instrumentos vitais tanto para a comunicação quanto para a economia e a gestão do poder. A internet permite que a informação produzida em um computador em qualquer local do mundo esteja disponível no mesmo instante em qualquer ponto da rede à qual esteja conectado.

A sociedade da informação caracteriza-se por uma economia que usa as TICs, recorrendo às novas linguagens decorrentes dessas tecnologias e tomando a informação como elemento central da atividade humana, particularmente no que se refere às condições de produção e crescimento econômico.

O fato de que nem todos os indivíduos participam dos processos referentes à sociedade da informação suscitou aos pesquisadores esforços em busca de um termo que expressasse essa dimensão. O termo *exclusão digital*, inicialmente adotado no Brasil, é derivado do inglês *digital divide* e tornou-se relativamente comum nos meios científicos brasileiros. De acordo com Izuca (2003), o termo em inglês teve sua origem em um artigo de Jonathan Webber e Amy Harmon, de 1995, e popularizou-se durante o ano seguinte devido ao seu uso em discursos do então presidente Bill Clinton e de seu vice Al Gore. Entretanto, outros termos utilizados frequentemente são: *infoexclusão*, *divisão digital* e *brecha digital*. Winkler (2005) cita que estes termos vêm sendo gradativamente substituídos por outros, como *inclusão digital*, *infoinclusão* e *oportunidade digital* por possuírem uma formulação mais positiva, focalizando mais o potencial do que os problemas da sociedade da informação.

Enquanto se busca um termo para expressar adequadamente essa realidade, convém considerar que as TICs abrangem, além da técnica em si, questões socioculturais. A questão técnica é a reunião de três componentes primordiais no mesmo local e ao mesmo tempo, ou seja, o computador, um meio de comunicação – existem diversas tecnologias para prover esse item: linha telefônica, transmissão via radiofrequência, via televisão a cabo e via satélite – e um provedor de acesso à internet. A questão sociocultural tem como foco o ciberespaço e os processos sociais a ele associados, tais como as redes virtuais de relacionamento, as comunidades virtuais, a democracia eletrônica, a comunicação instantânea e *on-line*, entre outros.

Nos primeiros anos dessas discussões, quando os estudos ainda estavam em fase embrionária, o foco era colocado na questão técnica. Assim, Silveira (2001) definiu a exclusão digital como sendo a privação de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. Mas a discussão avançou e

atualmente são bastante criticadas as definições que se limitam à abordagem técnica, pois o acesso físico às ferramentas e ao conteúdo seria insuficiente para gerar a participação plena do indivíduo.

A OCDE entende o termo como a distância existente entre indivíduos, famílias e organizações nas diferentes regiões geográficas e em diferentes níveis sociais, tanto em relação às oportunidades de acesso às TICs, quanto ao uso destas para uma ampla variedade de ações e atividades.

A ONU, ao elaborar um *ranking* global de comparação entre países sobre o acesso às TICs, utiliza dois quesitos: a capacidade de os indivíduos terem acesso às TICs, medida em fatores como disponibilidade e qualidade de infraestrutura técnica e preço relativo de acesso; e a capacidade de as pessoas utilizá-las, mensurada pelo nível educacional da população e utilização efetiva da internet.

Outro fator que reflete essa mudança de pensamento é um indicador chamado, no Brasil, de Índice de Prontidão ao Acesso à Rede (NRI), elaborado pelo Fórum Econômico Mundial em 2001, a partir de três componentes: a *combinação de variáveis de ambiente* mede as facilidades que o país oferece para o desenvolvimento e uso das novas tecnologias pelo governo, pelas empresas e pela infraestrutura; a *prontidão* avalia as possibilidades de indivíduos, empresas e governos de alavancar as potencialidades das novas tecnologias; e a *utilização* mede o grau de uso das novas tecnologias pelos indivíduos, pelas empresas e pelos governos.

De acordo com Winkler (2005), considerando-se essa abordagem ampliada de inclusão digital, alguns autores apontam situações ou fatores, como renda, escolaridade, idioma, gênero, raça, faixa etária, presença de necessidades especiais, repulsa à tecnologia, entre outros, que geram barreiras à entrada na sociedade da informação da grande maioria dos excluídos digitalmente.

Enfim, o termo *inclusão digital*, *grosso modo*, tem sido utilizado com o objetivo de designar a passagem dos excluídos da sociedade digital para uma sociedade plena, justa, igualitária e democrática.

Diversos autores falam da necessidade de preenchimento de alguns requisitos para a implantação de ações com o objetivo de promover a inclusão digital.

Para Sorj (2003), a inclusão digital deve se preocupar com a universalização dos sistemas telemáticos por meio de cinco fases distintas, divididas em duas dimensões: a dimensão passiva do acesso e a dimensão potencial da apropriação ativa do conhecimento. As cinco fases estão descritas no Quadro 1, sendo as duas primeiras relacionadas à dimensão do acesso e as outras três à dimensão do conhecimento.

Quadro 1: As cinco fases da inclusão digital

DIMENSÕES E FASES DA INCLUSÃO DIGITAL		
Dimensões	Fases	Descrição
Acesso	1	Existência de sistemas de transmissão.
	Infraestrutura de acesso	
	2	Existência de computador com acesso à internet.
	Equipamentos de acesso individual	
Conhecimento	3	Alfabetização digital para uso das TICs.
	Treinamento	
	4	Uso da internet como fonte de conhecimento e desenvolvimento intelectual e profissional.
	Capacitação intelectual	
	5	Criação de conteúdos específicos e adequados às necessidades dos segmentos da população.
	Produção e uso de conteúdo	

Fonte: Elaborada a partir de Sorj (2003).

Para o autor, as cinco fases são interdependentes entre si, de forma que só se pode alcançar uma fase posterior mediante a satisfação plena da anterior, e a classificação das pessoas conforme seu enquadramento em determinada fase é o que determina uma menor ou maior apropriação das TICs pelo indivíduo, indicando, conseqüentemente, seu grau de inclusão digital.

As etapas sugeridas por Sorj (2003) podem servir como referência para uma avaliação do alcance das ações de inclusão social em curso no Brasil e, mais especificamente, no estado de Goiás, objeto deste estudo, considerando-se que os estados compartilham das políticas públicas de âmbito nacional.

2. Ações de inclusão digital no estado de Goiás

Segundo dados do Fórum Econômico Mundial, no *ranking* de 2010, o Brasil ocupava a 61ª posição global em preparo para usar as TICs – considerando-se o ambiente regulatório, empresarial e de infraestrutura, o preparo de indivíduos e pessoas e as tecnologias disponíveis –, posição inferior à de alguns países sul-americanos. O acesso à internet em banda larga, no Brasil, ainda custa caro. As velocidades são bastante inferiores às de países desenvolvidos e a concentração da oferta do serviço em grandes centros urbanos reproduz a má distribuição de renda e de infraestrutura.

Segundo avaliação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre as principais razões que explicam esse quadro, instalado desde a privatização do sistema de telecomunicações, em 1998, destacam-se duas: a falta de investimentos públicos e a ausência de políticas para a coordenação do setor. Diante das lacunas deixadas pelo Estado, o setor privado tem-se organizado de forma a atender, seletivamente, aos clientes de rentabilidade superior, em geral, famílias de alta renda residentes em grandes centros urbanos.

De acordo com Sousa (2011), os aspectos a serem considerados na elaboração de políticas para promover a inclusão digital podem ser resumidos em três: a *disponibilidade de acesso*; a *existência de conteúdo adequado*; e a *capacitação dos usuários*.

O primeiro é caracterizado pela necessidade de garantir ao usuário condições mínimas de acesso à infraestrutura de telecomunicações. O segundo aspecto refere-se, primeiramente, à existência de conteúdo, que precisa ser adaptado às necessidades especiais dos usuários (acessibilidade), estar adequado à plataforma de acesso (usabilidade) e ter linguagem acessível e apropriada (inteligibilidade), devendo ser de fácil interação, uso e compreensão. O terceiro aspecto diz respeito à capacitação de usuários (letramento digital), bem como de profissionais de apoio, e está relacionado às competências cognitivas exigidas para a boa utilização de equipamentos e aplicativos.

No Brasil, o plano nacional para atender às demandas da sociedade da informação foi deflagrado com a criação do Programa Sociedade da Informação, designando-se o Ministério da Ciência e Tecnologia como coordenador desse processo. Desde o lançamento do *Livro Verde*, o Governo Federal desencadeou várias frentes de trabalho, visando criar condições para o desenvolvimento da sociedade da informação. Desde então, nota-se que houve uma evolução do conceito, do formato e da operacionalização dos programas de inclusão digital (CORRÊA, 2007), levando-se em conta os primeiros programas implantados.

A pesquisa de campo da qual este texto se origina conseguiu listar 32 programas, projetos ou ações oficiais de inclusão digital de iniciativa do Governo Federal e quatro de iniciativa do governo de Goiás em fase de implantação/execução. Os projetos federais estão distribuídos em quatro eixos principais: acesso às tecnologias de informação e comunicação (3); telecentros comunitários (18); inclusão digital nas escolas (10); e massificação de banda larga (1) (BRASIL, 2010). Esses programas são compartilhados, também, pelos demais entes federados, mediante gestões políticas dos governos subnacionais, refletindo a presença desses programas em território estadual muito mais como maior ou menor aproximação com o governo central do que como uma ação integrada ao conjunto das políticas locais de inclusão.

No estado de Goiás, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), do Ipea e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), dos mais de seis milhões de goianos, cerca de quatro milhões não têm acesso

à internet. Isso significa que 66,6% da população goiana não está conectada à rede mundial de computadores; que 81,6% dos domicílios goianos não possuem acesso à internet; que 50,46% dos acessos estão concentrados na capital; que 60,2% dos acessos estão distribuídos na capital e nos 19 municípios da Região Metropolitana de Goiânia; que aproximadamente 18% dos acessos ainda utilizam conexão discada, que é lenta; que a média de domicílios com banda larga é de 18,4%, abaixo da média nacional; que 50% da população da Região Metropolitana de Goiânia pertence à classe C e que 70% das pessoas dessa classe não possuem computador.

Pensando em mudar esses dados, inserindo e incluindo cidadãos no mundo digital, o estado de Goiás lançou, em junho de 2011, mais uma etapa do programa Goiás Conectado – Telefonia e Banda Larga para Todos. O programa tem como objetivo a isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para que os beneficiários dos programas sociais do governo tenham acesso à internet. Outra iniciativa do governo estadual foi a adesão ao programa federal *Kit Telecentro*, para a implantação de 63 telecentros em municípios goianos.

Além dos Telecentros, Goiás tem implantado mais dois programas de inclusão digital: o *Cyber Escola* – Escola Jovem cibernética de informatização da rede estadual de educação, por meio da instalação, nas unidades escolares, de laboratórios de informática com conexão à internet; e as *Oficinas Digitais*, um laboratório digital modelo, com acesso à internet por banda larga, implantado em algumas escolas da rede estadual por meio de um convênio de cooperação técnico-educacional celebrado entre a Brasil Telecom e o governo de Goiás.

Não foram encontrados programas e/ou projetos de inclusão digital de iniciativa dos municípios goianos. Observa-se ainda que, a partir de 2011, cessa a criação de programas, seja no âmbito federal, seja no âmbito estadual.

A posição do estado de Goiás com relação à inclusão digital pode, também, ser avaliada por meio do mapeamento das iniciativas de programas/projetos de inclusão digital realizado pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), com o

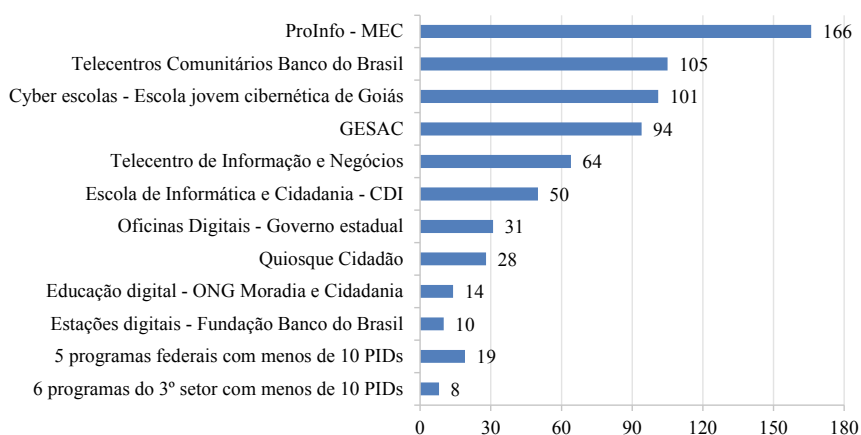
intuito de mensurar o avanço da inclusão digital por parte de agentes públicos e privados, o que resultou na elaboração do Mapa de Inclusão Digital (MID) (BRASIL, 2009).

Segundo Gaspar, Gorgônio e Pereira (2010), o MID é um projeto com a função de identificar ações gerais de inclusão digital, em âmbito governamental ou não, que se concretizem na criação de Pontos de Inclusão Digital (PID), ou seja, telecentros, infocentros, laboratórios de informática e centros de inclusão digital, que são definidos como locais dotados de computadores, conectados ou não à internet, para acesso gratuito ou mesmo pago quando a iniciativa do projeto não é da esfera pública.

De acordo com o IBICT (BRASIL, 2009), dados referentes ao período de 2007 a 2008 mostram a existência de 153 programas ou projetos, que geram 19.872 PID no país, dos quais 16,7% são federais; 24,1%, estaduais; 26,9%, municipais; e 32,4%, de iniciativa do Terceiro Setor. Os programas de iniciativa federal, porém, são os mais abrangentes, sendo responsáveis pela geração de 55% dos PID.

O Gráfico 1 relaciona os programas/projetos existentes no estado de Goiás e a quantidade de PID gerada. São 21 programas/projetos em andamentos, gerando 690 PID.

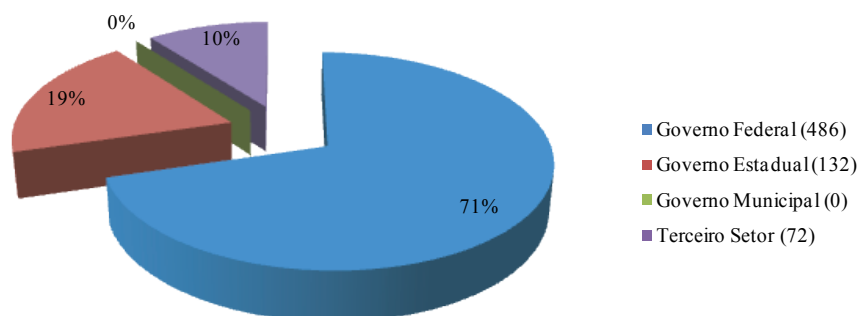
Gráfico 1: Programas/projetos e quantidade de PID gerados, Goiás, 2009



Fonte: Brasil (2009).

O Gráfico 2 mostra os programas, de acordo com a instância responsável por sua criação.

Gráfico 1: Programas/projetos de inclusão digital, de acordo com os responsáveis por sua criação, Brasil, 2009



Fonte: Brasil (2009).

Observa-se que 71% dos PID, em Goiás, provêm de iniciativas do Governo Federal, 19% de iniciativas do governo estadual e 10% de iniciativas do Terceiro Setor. Verifica-se, ainda, a inexistência de PID criados por programas/projetos nos quais os municípios são os incentivadores/geradores das iniciativas, pois não há nenhum programa/projeto de autoria de municípios goianos para a sua geração. Isso demonstra que essa esfera do poder público está totalmente dependente de outras iniciativas para levar aos excluídos digitais do estado de Goiás os benefícios da sociedade da informação.

3. Considerações finais

A inclusão digital no Brasil vem se desenvolvendo por iniciativas dispersas em vários ministérios, secretarias e órgãos vinculados ao governo, como o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF), os Correios e outros. Pelo fato de permear várias áreas temáticas, instâncias, órgãos e esferas de governo, o caráter

multidisciplinar e transversal da inclusão digital acaba impondo dificuldades à articulação unificada sobre uma política pública para o setor. Assim, somente em 2011, por meio do Decreto nº 7.642/2011, surge, na estrutura governamental, a Secretaria de Inclusão Digital, no âmbito do Ministério das Comunicações, com a finalidade de coordenar todas as ações de inclusão digital no Governo Federal (BRASIL, 2011).

Ao relacionar as ações desenvolvidas pelo Governo Federal com as fases propostas por Sorj (2003), tem-se que 50% deles estão direcionados para atender à dimensão de acesso às TICs, e 50% estão voltados à dimensão de aquisição de conhecimento, não existindo, porém, nenhum programa que contemple a fase de *produção e uso de conteúdo*, etapa mais elaborada e complexa da inclusão digital. A maioria dos programas (84%), ainda, estão preocupados em atender até a fase de treinamento, longe de atingir a proposta dos diferentes autores sobre o assunto, ou seja, a capacitação do indivíduo no uso da tecnologia, a fim de transformar *informação em conhecimento*.

Os programas oficiais de iniciativa do governo estadual são, por sua vez, claramente direcionados a proporcionar o acesso às TICs na primeira e segunda fases da inclusão digital, também de acordo com a classificação de Sorj (2003), sem falar da sua limitada abrangência.

Assim, considerando-se as fragilidades das políticas federais e estaduais de inclusão digital, pode-se afirmar que a sociedade brasileira e goiana, salvo algumas ilhas de excelência, está longe de alcançar o patamar da *sociedade em rede*, com a almejada difusão do conhecimento em larga escala, como propõe Guerreiro (2006). Observa-se que sequer foram atingidos os objetivos da terceira fase (*sociedade digital*), pois a inclusão digital, que deveria ter sido, nessa fase, o objeto central de uma política de Estado, não tem alcançado seus objetivos, sinalizando, ainda, pela quantidade e qualidade dos programas implantados, que estamos longe de atingi-los.

Analisando-se os dados apresentados, pode-se considerar que os gestores estaduais e municipais têm uma participação tímida no processo de inclusão digital e se comportam como se o problema fosse exclusivo do Governo Federal. Urge,

portanto, a mudança de posicionamento dos gestores estaduais e municipais com relação às políticas públicas de inclusão digital no estado de Goiás.

Confrontadas com a revisão bibliográfica, constata-se que a implantação de políticas de inclusão digital ocorre de forma centralizada, com pouca expressividade dos entes regionais em sua formulação, gerando uma gestão de cima para baixo, o que poderia explicar o pouco comprometimento dos entes subnacionais com seu bom desempenho. Nesse sentido, constata-se uma forma de implementação em que o Governo Federal regulamenta e disponibiliza ações, programas e projetos para os gestores regionais, desconsiderando, de certa forma, a autonomia dos entes subnacionais na adesão ou não a seus projetos. O Governo Federal colocou-se, ainda, na dependência dos gestores estaduais e municipais para a execução da política pública de inclusão digital, faltando, na fase de planejamento, os desdobramentos regionalizados e a articulação da política às especificidades regionais na execução de cada programa.

Com a ausência dos entes regionais na formulação/redirecionamento dessa política pública, que envolve projetos multidisciplinares na área de educação, cultura e economia, é de se questionar em que medida é de pleno conhecimento dos gestores estaduais e municipais os objetivos a serem alcançados em cada programa/projeto/ação do Governo Federal, a ponto de não se beneficiarem deles, e em que medida a população desconhece os benefícios que poderiam deles advir, a ponto de não os reivindicar. Que inclusão é essa?

Pelo exposto, o Brasil ainda não conta com uma estratégia nacional de inclusão digital que articule as esferas federal, estadual e municipal, a sociedade civil e as instituições voltadas à pesquisa e à educação. Apesar disso, observa-se que diversos esforços já foram empreendidos nessa direção. A eficácia das iniciativas ainda não é visível, por sua dispersão, pela ausência de indicadores consolidados e pela inexistência de uma coordenação pública geral e unificada dos programas de inclusão. O que se vê, por enquanto, é o grande distanciamento entre o discurso e a prática governamental, evidenciado pela morosidade na implantação das políticas de inclusão digital e, sobretudo, na desarticulação entre as diferentes iniciativas de inclusão.

Devem-se considerar, ainda, as novas possibilidades de desenvolvimento regional proporcionadas pelo acesso às TICs, posição admitida inclusive pelos teóricos mais pessimistas da sociedade da informação. Entretanto, existe a necessidade de o estado de Goiás e de os municípios goianos apropriarem-se dessa política pública, sob risco de haver um aumento nas taxas de desigualdade existentes no estado, bem como um retardamento do desenvolvimento estadual no contexto do país.

Referências

- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Mapa de inclusão digital: pesquisa 2007/2008*. Brasília, DF: MCTI, 2009.
- BRASIL. Inclusão digital. In: BRASIL. *Balanço de governo 2003-2010*. Cap. 9. Cidadania e inclusão social. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro4/4.6_Inclusao_Digital.pdf. Acesso em: 01 ago. 2017.
- BRASIL. Ministério das Comunicações. Decreto 7.462, de 19 de abril de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Comunicações [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção I, 2 maio 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7462.htm. Acesso em: 01 mar. 2017.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. 698 p.
- CORRÊA, Romulo de Amorim. *A construção social dos programas públicos de inclusão digital*. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- GASPAR, Anaísa Caminha; GORGÔNIO, Clovis; PEREIRA, Maria de Nazaré Pereira. Pesquisas Mapa da Inclusão Digital/Ibict. Centros de acesso pago e gratuito: Brasil e Maranhão. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 69-80, jan./jun. 2010.

GUERREIRO, Evandro Prestes. *Cidade digital: infoinclusão social e tecnologia em rede*. São Paulo: Senac São Paulo, 2006. 351p.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 06 ago. 2020.

IIZUCA, Edson Sadao. *Um estudo exploratório sobre a exclusão digital e as organizações sem fins lucrativos da cidade de São Paulo*. 2003. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

MASCARENHAS, Paulo Rogério Rocha. *Inclusão digital dos alunos do Colégio Dom Alano Marie du Noday: o projeto UCA em Palmas (TO)*. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 48p.

SORJ, Bernardo. *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 176 p.

SOUSA, Rodrigo Abdalla Filgueiras. Futuros desafios para o programa nacional de banda larga. *Boletim Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, Brasília, n. 15, ago. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/110905_radar15.pdf. Acesso em: 05 fev. 2014.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record, 1980. 491 p.

WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social*. São Paulo: Senac, 2006. 319 p.

WINKLER, Ingrid. *A implementação das políticas públicas brasileiras de inclusão digital*. 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

De modo geral, podemos dizer que o levantamento da trajetória institucional da Educação a Distância (EaD) no país é recente e, talvez por isso, apresente uma série de elementos considerados de relevância e cuidado para as próximas políticas públicas e ações na área. Esses elementos dizem respeito, principalmente, às características da sua expansão; às variadas formas sob as quais as modalidades presencial e a distância são vistas pelos diversos órgãos e regulamentações; aos mecanismos de avaliação e acompanhamento das ações das Instituições de Educação Superior que ofertam essa modalidade; e, nosso objeto de estudo, ao processo de institucionalização da EaD na educação superior, tanto na esfera pública quanto privada. Além da necessidade de estudos acerca da institucionalização da EaD, o próprio crescimento da modalidade no ensino superior público demonstra a importância de pesquisar como vem ocorrendo a implementação de políticas referentes à modalidade. Assim, o tema da institucionalização da educação a distância é abordado neste livro, tendo em vista a relevância da compreensão desse processo, para que se possa auxiliar no debate da capacidade do Estado de formular políticas públicas em EaD e problematizar como essa modalidade tem sido implementada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior da região Centro-Oeste, por meio de sua institucionalização ou não.



EDITORA



UnB